

COMPORTAMENTOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS MATERNAS EM FAMÍLIAS DE MÃES SOLTEIRAS E FAMÍLIAS NUCLEARES¹

Angela Helena Marin^{*}
Cesar Augusto Piccinini[#]

RESUMO. O presente estudo investigou as eventuais diferenças nos comportamentos e práticas educativas maternas e no comportamento infantil entre famílias de mães solteiras e famílias nucleares. Participaram da pesquisa quatorze famílias, das quais sete de mães solteiras (mãe-criança) e sete de mães casadas (mãe-pai-criança), selecionadas em hospitais e unidades de saúde de Porto Alegre. Estas famílias foram emparelhadas conforme idade, escolaridade e nível socioeconômico. Foi utilizada uma sessão de observação da interação familiar durante um almoço realizado na casa dos participantes, quando as crianças tinham de 30 a 36 meses de idade. Os comportamentos e práticas educativas maternas e os comportamentos infantis foram examinados através de um protocolo envolvendo diversas categorias. O Teste de *Mann-Whitney* não revelou diferenças significativas entre as famílias para as categorias examinadas. Os resultados sugerem que as configurações familiares investigadas não afetam, necessariamente, os comportamentos e as práticas educativas maternas, nem os comportamentos infantis.

Palavras-chave: mães solteiras, mães casadas, práticas educativas maternas.

MATERNAL BEHAVIOR AND CHILDREARING PRACTICES IN SINGLE-MOTHER FAMILIES AND TWO-PARENT FAMILIES

ABSTRACT. Eventual differences in maternal behavior, childrearing practices and children's behaviors in single-mother and two-parent families are analyzed. Fourteen families, 7 constituted by single mothers (mother and child) and 7 by married mothers (mother, father and child), selected in hospitals and health units of Porto Alegre RS Brazil, participated in the study. The families were matched according to age, education and socioeconomic level. Using a protocol with several categories an observation session of the family at lunchtime in the participants' home, when the children were 30-36 months old, was used to examine the maternal behavior and childrearing practices, as well as the children's behaviors. Mann-Whitney test indicated no significant differences between single and married mothers for the categories examined. Results suggest that the family structure investigated do not necessarily affect maternal behaviors, childrearing practices and children's behaviors.

Key words: Single mothers, married mothers, maternal childrearing practices.

COMPORTAMIENTOS Y PRÁCTICAS EDUCATIVAS MATERNAS EN FAMILIAS DE MADRES SOLTERAS Y FAMILIAS NUCLEARES

RESUMEN. El presente estudio investigó las eventuales diferencias en los comportamientos y prácticas educativas maternas y en el comportamiento infantil entre familias de madres solteras y familias nucleares. Participaron de la investigación catorce familias, de las cuales siete de madres solteras (madre-niño) y siete de madres casadas (madre-padre-niño), seleccionadas en hospitales y unidades de salud de Porto Alegre. Estas familias fueron organizadas conforme edad, escolaridad y nivel socioeconómico. Fue utilizada una sesión de observación de la interacción familiar durante un almuerzo realizado en la casa de los participantes, cuando los niños tenían de 30 a 36 meses de edad. Los comportamientos y prácticas educativas maternas y los comportamientos infantiles fueron examinados a través de un protocolo envolvendo diversas categorías. El Test de *Mann-Whitney* no reveló discrepancias significativas entre las familias para las categorías examinadas. Los resultados sugieren que las configuraciones familiares investigadas no afectan, necesariamente, los comportamientos y las prácticas educativas maternas, ni mucho menos los comportamientos infantiles.

Palabras-clave: madres solteras, madres casadas, prácticas educativas maternas.

¹ Apoio: CNPq

^{*} Psicóloga, mestre em Psicologia do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.

[#] Psicólogo, PhD em Psicologia pela *University College London* (Inglaterra). Professor do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Em muitas das sociedades contemporâneas ocidentais co-existem, atualmente, diversas configurações familiares sujeitas a transformações psicológicas, sociais, políticas, econômicas e culturais que levam seus membros a experimentarem processos transacionais de adaptação e acomodação às novas situações (Minuchin, 1990). Dentre essas configurações, ser mãe solteira tende a exigir recursos adaptativos bastante intensos (McLanahan & Booth, 1989).

Conforme dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2000 (www.ibge.gov.br), o padrão dominante do tipo de organização familiar ainda é a família nuclear, caracterizada por ser composta pelo homem, sua mulher e seus filhos (53%); contudo, houve um expressivo crescimento relativo às famílias cuja responsabilidade é da mulher (22% em 1990, para 29% em 2000, aproximadamente). No presente estudo, as famílias de mães solteiras são definidas como constituídas de uma mulher não casada, que desde o início da gestação assumiu a responsabilidade de ter um filho sem a presença do pai biológico ou de alguém que o substitua.

Embora existam diferentes configurações familiares, ainda há inconsistências na literatura quanto às suas implicações na dinâmica familiar e no desenvolvimento da criança. Algumas pesquisas têm mostrado que a criança pode se desenvolver sem prejuízos em lares de mães solteiras quando comparada com as crianças dos lares de mães casadas² (Lansford, Ceballo, Abbey & Stewart, 2001). A revisão da literatura feita por Goodrich, Rampage, Ellman e Halstead (1990) revelou que diversos estudos americanos têm indicado que a maioria das famílias de mães solteiras se relaciona tão bem quanto as famílias de mães casadas em diversos aspectos examinados, como, por exemplo, quanto ao ajustamento emocional, às conquistas acadêmicas e ao papel sexual dos meninos. Nesta mesma direção, Kleist (1999), examinando também alguns estudos americanos sobre famílias de mães solteiras e famílias nucleares, destacou que as famílias bem-sucedidas, independentemente de sua configuração familiar, compartilhavam muitas características comuns em relação à busca pela promoção da saúde familiar e do bem-estar infantil, aspectos particularmente examinados no estudo.

² Neste estudo, o termo *mãe casada* será utilizado para caracterizar as situações em que o casal mora junto, tendo ou não oficializado a união.

Por outro lado, em oposição aos estudos que não relatam diferenças entre as famílias de mães solteiras e de mães casadas, parte expressiva da literatura aponta para as implicações negativas envolvendo as mães solteiras, especialmente em relação às características demográficas, psicológicas e sociais encontradas nesta configuração. As mães solteiras tenderiam a apresentar mais problemas relacionados a baixa renda (Lipman, Boyle, Dooley & Offord, 2002); teriam maior necessidade de redes de apoio social, devido a serem mais isoladas socialmente (Heck & Parker, 2002); passariam por mais eventos de vida negativos (McLanahan & Booth, 1989) e apresentariam altos índices de estresse (Jackson, Brooks-Gunn, Huang & Glassman, 2000) e de depressão (Cairney, Boyle, Offord & Racine, 2003; Lipman, Boyle, Dooley & Offord, 2002). Além disso, as mães solteiras tenderiam a apresentar um menor nível de escolaridade, o que tanto pode dificultar sua inserção no mercado de trabalho como levá-las a ter menor prestígio em sua profissão (Hilton, Desrochers & Devall, 2001).

Mesmo que muitos dos comportamentos maternos tenham sido apontados como relacionados às características demográficas e pessoais das mães, poucas pesquisas têm investigado como o contexto familiar pode moderar o impacto do comportamento materno no desenvolvimento infantil. Alguns estudos indicam que, de modo geral, as famílias de mães solteiras têm sido caracterizadas por terem maior dificuldade com os papéis maternos e maiores níveis de comportamento maternal negativo do que as mães casadas, devido ao menor envolvimento, controle e supervisão dos filhos (Hilton & cols., 2001). Por exemplo, Bronstein, Clauson, Stoll e Abrams (1993), tendo comparado a parentagem e o conseqüente ajustamento social, psicológico e acadêmico de crianças caucasianas em diversas estruturas familiares, constataram que os pais nas famílias nucleares tenderam a ser mais envolvidos com seus filhos, levando-os a atividades culturais e recreacionais e falando com eles sobre os seus problemas, e, conseqüentemente, suas crianças apresentaram maiores níveis de ajustamento. Em contrapartida, as mães solteiras demonstraram menor interação com seus filhos e menos controle sobre eles.

É importante destacar que grande parte dos estudos que investigaram as eventuais diferenças entre famílias de mães solteiras e de mães casadas é americana. Poucos estudos brasileiros são relatados na literatura. Entre estes se destaca o de Silva (1987), que acompanhou mães solteiras de diferentes níveis socioeconômicos, revelando que quanto maiores a

renda e o nível de escolaridade das mães solteiras, maiores seriam as chances de seus filhos ingressarem no mercado de trabalho e de obterem um diploma de nível superior. Já Souza (2002) investigou a história e a vivência de ser mãe solteira em classes populares e constatou que a gravidez destas mulheres ocorria de forma não planejada e transcorria sem o apoio do pai da criança. Nos depoimentos dessas mães, a autora identificou temas referentes a desumanização, preconceito, estigma, solidão, humilhação, pobreza e desamparo, aspectos que apontaram para a vivência negativa da maternidade solitária. O estudo realizado por Ferrari (2001) endossou esses achados ao examinar as implicações da ausência paterna nas expectativas e nos sentimentos sobre a maternidade entre mães solteiras e casadas. A autora constatou que a experiência da maternidade foi mais sofrida para as mães solteiras, que relataram sentimentos de tristeza, ansiedade e revolta.

Como pode ser visto, é possível perceber que ser mãe solteira ou casada não se constitui em condição suficiente para explicar as eventuais diferenças na dinâmica destas famílias. De qualquer modo, é plausível pensar que, por vezes, o status conjugal, especialmente quando associado a outros fatores familiares, sociais ou emocionais, tenha implicações para o relacionamento entre pais e filhos, com conseqüências também para as práticas educativas utilizadas nas famílias.

As práticas educativas parentais podem ser caracterizadas como as diversas estratégias e técnicas usadas pelos pais para orientar os comportamentos de seus filhos (Mussen, Conger, Kagan & Huston, 1995). Uma concepção teórica que se destaca acerca das práticas empregadas pelos pais na socialização das crianças é a de Hoffman (1975, 1994), que apontou duas maneiras utilizáveis para modificar o comportamento dos filhos: as estratégias indutivas e as estratégias de força coercitiva.

As estratégias indutivas, segundo Hoffman (1975, 1994), caracterizam-se por atingir o objetivo disciplinar indicando à criança as conseqüências do seu comportamento para as outras pessoas e chamam sua atenção para os aspectos lógicos da situação, ao invés das conseqüências punitivas para ela mesma. Isso propicia à criança a compreensão das implicações de suas ações e, por isso mesmo, dos motivos que justificam a necessidade de mudança no seu comportamento. As estratégias de força coercitiva, por sua vez, caracterizam-se pela aplicação direta da força e do poder dos pais, incluindo punição física, privação de privilégios e afeto ou uso de ameaças. Essas técnicas fazem com que a criança controle seu

comportamento em função das reações punitivas dos pais. Além disso, elas produzem emoções intensas, como medo, raiva e ansiedade, que tendem a reduzir a possibilidade de a criança compreender a situação e a necessidade de modificação do seu comportamento.

Tendo-se em vista que o uso de diferentes práticas educativas está vinculado com o comportamento dos pais, torna-se relevante considerar que as diferentes configurações familiares podem ter um impacto específico nestes comportamentos, em especial no comportamento materno. Poucos são os estudos que têm se preocupado em examinar as práticas educativas entre famílias de mães solteiras e de mães casadas.

Algumas pesquisas preocuparam-se em apontar os aspectos positivos da utilização de práticas educativas para o desenvolvimento infantil em famílias de mães solteiras. O estudo de Heath e MacKinnon (1988) com mães americanas indicou que o fato de ser solteira não implicava no uso de práticas educativas inadequadas, pois as práticas utilizadas por elas foram apontadas como importantes contribuições para a competência social de seus filhos. Assim, os autores concluíram que a relação estabelecida entre a mãe e a criança era mais importante que o seu *status* conjugal. Corroborando esses achados, o trabalho realizado por Brodsky e DeVet (2000) com mães solteiras afro-americanas de baixo nível socioeconômico indicou que elas aplicavam estratégias designadas para responder a diversos objetivos da parentagem, incluindo proteger suas crianças, transmitir valores e disciplinar desvios de comportamento. As mães afirmaram usar estratégias condizentes com os seus objetivos enquanto tais, com o contexto em que viviam e com os comportamentos da criança.

Apesar de alguns estudos ressaltarem a relação positiva entre as práticas educativas e o desenvolvimento infantil nas famílias de mães solteiras, outros reforçam os aspectos negativos. De acordo com Alexander e Kornfein (1983), nas famílias de mãe solteira existe uma ambivalência quanto ao estabelecimento de regras, além de uma dificuldade dos pais em estabelecer a disciplina. Segundo os autores, isso ocorre porque haveria um incentivo a que as crianças sejam mais livres e para que desenvolvam oportunidades de autodesenvolvimento, o que não se evidenciaria nas famílias nucleares. Nessa mesma direção, o estudo de Coley (1998) apontou que as mães solteiras seriam menos autoritárias e proveriam menos disciplina e supervisão às suas crianças do que as mães casadas. Segundo o autor, as deficiências nas interações positivas com adultos, assim como a falta de controle, poderiam ser indicativas de prejuízos no desenvolvimento infantil nas famílias de mães

solteiras quanto aos aspectos emocionais, comportamentais e cognitivos.

Como pode ser visto acima, a configuração familiar se constitui em um importante contexto para o desenvolvimento infantil. Não obstante, existe inconsistência na literatura a respeito da extensão em que as configurações de famílias de mães solteiras e de mães casadas afetam a dinâmica familiar, especialmente em relação às práticas educativas parentais. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi investigar as eventuais implicações da configuração familiar, especificamente das famílias de mães solteiras e das famílias nucleares, no comportamento e nas práticas educativas maternas, bem como no comportamento infantil.

MÉTODOS

Participantes

Participaram deste estudo quatorze famílias, das quais sete eram de mães solteiras, constituídas pela mãe e seu filho(a), e as outras sete eram nucleares, constituídas pela mãe, o pai e um filho(a). Todas elas fazem parte do *Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Geração à Escola* (Piccinini, Tudge, Lopes & Sperb, 1998)³, sendo que foram incluídas no presente estudo todas as famílias de mães solteiras ($n=7$) cuja criança estivesse com idade entre 30 e 36 meses. Essas famílias foram emparelhadas com um grupo de famílias nucleares, selecionadas de acordo com características demográficas semelhantes às famílias de mães solteiras, em particular, quanto à idade e ao sexo das crianças, à idade e à escolaridade das mães e ao nível socioeconômico da família.

³ Este estudo iniciou acompanhando 81 gestantes que não apresentavam intercorrências clínicas, seja consigo mesmas seja com o bebê, que era seu primeiro filho, e teve por objetivo investigar tanto os aspectos subjetivos e comportamentais das interações iniciais pai-mãe-bebê, quanto o impacto de fatores iniciais do desenvolvimento nas interações familiares, no comportamento social de crianças pré-escolares e na transição para a escola de ensino fundamental. As participantes representavam várias configurações familiares (nucleares, mães solteiras ou recasados), de diferentes idades (adultos e adolescentes) e com escolaridade e níveis socioeconômicos variados. O estudo envolveu várias fases de coletas de dados, desde a gestação até os sete anos das crianças (gestação, 3^o, 8^o, 12^o, 18^o, 24^o, 36^o meses e 6^o e 7^o ano de vida da criança). O convite inicial para participar do estudo ocorreu quando a gestante fazia pré-natal em hospitais da rede pública da cidade de Porto Alegre (51,2%) e nas unidades de saúde do mesmo município (7,3%) e recebeu aprovação do Comitê de Ética dos hospitais envolvidos na coleta de dados.

A Tabela 1 apresenta as características sociodemográficas das famílias de mães solteiras e casadas. No grupo de famílias de mães solteiras, as idades variaram entre 18 e 30 anos ($M=23,14$; $dp=4,26$), e no grupo de mães casadas, entre 19 e 29 anos ($M=22,71$; $dp=4,07$). Em termos de escolaridade, houve uma variação entre o Ensino Fundamental incompleto (E.F.) (14%), Ensino Médio (E.M.) incompleto (14%) e completo (43%) e Ensino Superior (E.S.) incompleto (29%) para os dois grupos. Quanto ao nível socioeconômico, a variação ocorreu entre o nível baixo (86%) e o alto (14%) para o grupo de solteiras e entre o nível baixo (57%), o médio (29%) e o alto (14%) para o grupo de casadas. O nível socioeconômico foi calculado com base em Hollingshead (1975), levando-se em consideração a escolaridade e profissão da mãe para as famílias de mães solteiras e a escolaridade e profissão da mãe e do pai no caso das famílias de mães casadas. Já quanto ao sexo da criança, em ambos os grupos 57% eram meninos e 43% meninas.

Tabela 1. Dados Sócio-demográficos das Famílias de Mães Solteiras e de Mães Casadas

Identificação	Idade	Escolaridade	Ocupação	Sexo da criança	NSE [*]
Famílias de mães solteiras					
01	22	E.F. incomp.	acompanhante	feminino	1
02	21	E.M. incomp.	atendente	feminino	2
03	21	E.M. comp.	desempregada	masculino	2
04	22	E.M. comp.	dona-de-casa	masculino	2
05	28	E.M. comp.	dona-de-casa	masculino	2
06	18	E.S. incomp.	monitora de museu	feminino	1
07	30	E.S. incomp.	secretária	masculino	4
Famílias de mães casadas					
08	20	E.F. incomp.	dona-de-casa	masculino	1
09	20	E.M. incomp.	desempregada	masculino	1
10	19	E.M. comp.	desempregada	feminino	1
11	21	E.M. comp.	atendente	masculino	3
12	22	E.M. comp.	dona-de-casa	masculino	2
13	28	E.M. incomp.	estudante/dona-de-casa	feminino	3
14	29	E.M. incomp.	técnica em enfermagem	feminino	4

*Nota.: Classificação de Hollingshead (1975): 1 (baixo); 2 (médio-baixo); 3 (médio); 4 (médio-alto) e 5 (alto).

Delineamento e procedimento

Foi utilizado um delineamento de grupos contrastantes (Nachmias & Nachmias, 1996), envolvendo um grupo de famílias de mães solteiras e um grupo de famílias de mães casadas. Como participantes do estudo longitudinal mencionado, todas as famílias vinham sendo acompanhadas desde a gestação, de seis em seis meses⁴, até o momento da

⁴ As fases anteriores à presente coleta de dados ocorreram na gestação e no terceiro, oitavo, décimo segundo, décimo oitavo e vigésimo quarto mês de vida do bebê. Em todas

presente coleta de dados aos 30 a 36 meses de vida da criança. Das fases anteriores de coleta de dados, foram utilizadas informações contidas na *Ficha de Contato Inicial* (GIDEP, 1998a), que investigava alguns dados sociodemográficos do casal. As famílias que preencheram os critérios do estudo (estar esperando o primeiro filho, estar no terceiro trimestre de gestação e não apresentar complicações físicas durante a gravidez) foram contatadas posteriormente para agendar uma visita domiciliar, na qual foram preenchidos o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (GIDEP, 1998b) e a *Entrevista de Dados Demográficos* (GIDEP, 1998c). Na fase de coleta de dados realizada aos 30 a 36 meses, as famílias foram visitadas em suas residências para a realização da *Observação da Interação Familiar aos 30-36 meses* (GIDEP, 2001). Esta sessão de observação foi utilizada para avaliar os comportamentos e práticas educativas maternas e os comportamentos infantis. As famílias foram filmadas durante todo o período do almoço, que variava entre 12 e 24 minutos. O contexto de alimentação foi escolhido por se constituir em uma situação durante a qual tendem a ocorrer diversos impasses na interação com a criança (por exemplo: a criança pode se recusar a comer ou querer sair da mesa), sendo, portanto, uma oportunidade rica para se examinarem as práticas educativas comumente utilizadas pelas mães e pais (Crockenberg & Litman, 1990).

A análise de interação da mãe com a criança durante a sessão de observação foi realizada de acordo com os critérios de análise por intervalos (Gottman & Bakeman, 1979). Para fins de codificação, foram considerados os 12 minutos seguintes ao momento em que a criança sentava-se à mesa, acompanhada dos demais membros da família. Esse período foi dividido em 24 intervalos de 30 segundos. Em cada intervalo examinou-se a presença de oito categorias de comportamentos e práticas educativas da mãe, além de seis categorias de comportamentos da criança, conforme o protocolo desenvolvido com base nos trabalhos de diversos autores (Crockenberg & Litman, 1990; Hoffman, 1975; Patterson, Reid & Dishion, 1992) e, principalmente, sobre análises iniciais realizadas em um estudo-piloto, com casos oriundos do banco de dados do estudo longitudinal referido.

As seguintes categorias foram incluídas no protocolo usado na codificação da interação mãe-criança. 1) *comportamentos e práticas educativas da mãe*: a) *sensibilidade*: manifestações que indicavam

atenção, consideração e respeito em relação às necessidades, desejos ou vontades da criança, quando estes eram manifestados de forma assertiva; b) *Envolvimento positivo*: manifestações de afeto e apoio em relação à criança através de comportamentos não verbais (carícia, sorrisos) e verbais (elogios, comentários espontâneos sobre a atividade da criança); c) *orientação*: tentativas de regular o comportamento da criança de forma pouco intrusiva; d) *controle assertivo*: comportamentos assertivos, com destaque para comandos, ordens ou proibições diretas e precisas, feitas à criança de forma não coercitiva, bem como recompensas ou reforços oferecidos contingentemente após a criança atender a um comando materno; e) *controle ambíguo*: formas indiretas e ambíguas de exercer o controle sobre a criança; f) *controle coercitivo*: comportamentos que objetivavam regular ou controlar o comportamento da criança de forma coercitiva, como, por exemplo, repreender, ameaçar, fazer comentários depreciativos, bem como restringir fisicamente ou castigar; g) *intrusividade*: manifestações que indicavam que a mãe não percebia ou não respondia às necessidades de autonomia da criança ou aos seus desejos; h) *Permissividade*: manifestações que envolviam o reforço para comportamentos inadequados da criança. 2) *comportamentos infantis*: a) *obediência*: comportamentos congruentes com um comando ou pedido da mãe; b) *assertividade*: comportamentos que manifestavam de forma assertiva desejos ou pontos de vista ou indicavam que ela não queria cooperar ou atender a um comando ou pedido da mãe, sem demonstrar hostilidade, comportamento agressivo ou desafiador; c) *envolvimento positivo*: comportamentos que indicavam expressão de afeto positivo em relação à mãe, como sorrisos, carícias e demonstrações de entusiasmo através de comentários ou elogios; d) *inadequação*: comportamentos inadequados ou inconvenientes que não apresentavam caráter agressivo ou desafiador, como chorar, gritar, usar tom de voz irritante, reclamar, teimar ou apresentar atividade motora excessiva; e) *desobediência passiva*: não manifestação de respostas aos comandos, pedidos ou perguntas da mãe; f) *negativismo*: comportamentos que eram intensificados quando a mãe pedia que fossem interrompidos, que expressavam o oposto do que a mãe solicitava, ou manifestação de raiva ou agressividade, ameaças e provocações.

Dois codificadores independentes foram treinados para a utilização do protocolo de análise, durante, aproximadamente, 20 horas, assistindo a vídeos da interação mãe-criança durante o almoço, oriundos do

essas fases foram utilizados diferentes instrumentos de coleta, conforme detalhado em Piccinini e cols. (1998).

banco de dados do estudo longitudinal. Após o treinamento, dez casos foram utilizados para o cálculo do índice de concordância na análise das categorias, realizado através do *Kappa*, que foi efetuado separadamente para cada uma das categorias. Para as categorias maternas, o valor do coeficiente *Kappa* variou de $K=0,66$ a $K=0,93$ ($M=0,85$). Para as categorias infantis, o coeficiente *Kappa* variou de $K=0,74$ a $K=0,93$ ($M=0,85$). O índice geral do coeficiente *Kappa* foi $K=0,85^5$. Eventuais diferenças entre os codificadores foram dirimidas, posteriormente, por um terceiro juiz.

RESULTADOS

A análise dos dados investigou as eventuais diferenças entre as famílias de mães solteiras e de mães casadas para cada uma das categorias de comportamentos e práticas educativas maternas e categorias de comportamentos infantis. Para tanto, os escores derivados do protocolo de análise da interação mãe-criança foram analisados pelo Teste de *Mann-Whitney*, com opção exata. A Tabela 2 apresenta a incidência média, o desvio-padrão e o nível de significância dos comportamentos e das práticas educativas maternas entre as famílias de mães solteiras e as de mães casadas.

Tabela 2. Incidência Média, Desvio Padrão e Nível de Significância dos Comportamentos e Práticas Educativas Maternas na Interação Mãe-criança durante o Almoço em cada Grupo

Comportamentos e práticas educativas maternas	Grupo de mães solteiras (dp)	Grupo de mães casadas (dp)	p
Sensibilidade	9,14 (3,34)	6,57 (5,50)	0,07
Envolvimento positivo	7,43 (4,28)	7,57 (3,82)	0,44
Orientação	9,43 (6,58)	7,57 (5,41)	0,28
Controle assertivo	8,71 (4,46)	7,71 (2,75)	0,22
Controle ambíguo	0,14 (0,38)	0,57 (0,79)	0,22
Controle coercitivo	4,14 (4,53)	1,86 (3,34)	0,11
Intrusividade	1,71 (4,11)	0,14 (0,38)	0,36
Permissividade	0,14 (0,80)	-	0,50
Total	40,86 (15,33)	32,00 (15,72)	0,16

n=7 (Mães solteiras); n=7 (Mães casadas)

Como pode ser observado, não houve diferença significativa nas categorias examinadas entre os grupos de mães solteiras e de mães casadas. Apenas uma diferença marginalmente significativa apareceu na categoria *sensibilidade*, indicando que as mães solteiras tendem a ser mais sensíveis ($p<0,07$) do que

as mães casadas. Comparando as demais médias, somente uma tendência a diferença ($p<0,11$) apareceu na categoria *controle coercitivo*, revelando que as mães solteiras tiveram uma média de respostas mais alta do que a das mães casadas ($M=4,14$ e $M=1,86$, respectivamente).

A Tabela 3 apresenta a incidência média, o desvio-padrão e o nível de significância para os comportamentos infantis, na interação mãe-criança durante o almoço. O Teste de *Mann-Whitney*, com opção exata, foi utilizado para examinar eventuais diferenças entre as famílias de mães solteiras e as de mães casadas, para cada categoria examinada.

Tabela 3. Incidência Média, Desvio Padrão e Nível de Significância dos Comportamentos Infantis na Interação Mãe-criança durante o Almoço em cada Grupo

Comportamentos infantis	Grupo de mães solteiras (dp)	Grupo de mães casadas (dp)	p
Obediência	6,86 (3,02)	5,86 (4,78)	0,24
Assertividade	13,57 (4,08)	10,14 (5,96)	0,13
Envolvimento positivo	7,71 (5,99)	7,57 (5,35)	0,48
Inadequação	2,71 (3,55)	1,29 (3,40)	0,11
Desobediência passiva	2,00 (2,58)	2,57 (1,90)	0,25
Negativismo	-	-	1,00
Total	32,86 (6,91)	27,43 (11,16)	0,28

n=7 (Mães solteiras); n=7 (Mães casadas)

Os resultados também não revelaram diferenças significativas nas categorias de comportamentos infantis examinadas. Independentemente do grupo a que pertenciam, as crianças se comportaram de modo semelhante durante a sessão de observação. Comparando-se as médias, apareceram apenas duas tendências a diferença. Uma delas se verificou na categoria *assertividade* ($p<0,13$), em que as crianças das famílias de mães solteiras tiveram uma média de respostas maior do que a daquelas das famílias de mães casadas ($M=13,57$ e $M=10,14$, respectivamente); e a outra, na categoria *inadequação* ($p<0,11$), revelando que as crianças das famílias de mães solteiras também tiveram uma média de respostas mais alta do que a das crianças das famílias de mães casadas ($M=2,71$ e $M=1,29$, respectivamente).

Uma segunda análise dos dados buscou examinar o efeito geral da condição materna (ser solteira ou casada) nos escores totais dos comportamentos e práticas educativas da mãe e dos comportamentos da criança. Para tanto, as categorias maternas foram agrupadas segundo o procedimento utilizado por Alvarenga (2004) e Schwengber e Piccinini (2004), que utilizaram uma estrutura de categorias semelhante. As categorias *sensibilidade* e *envolvimento positivo* foram agrupadas e

⁵ De acordo com Robson (1995), os valores do *Kappa* são assim classificados: suficientes (0,40 a 0,60); bons (0,60 a 0,75) e excelentes (acima de 0,75).

denominadas *afeto positivo*. A presença desses comportamentos maternos pode ter um impacto positivo na efetividade de algumas práticas educativas, como, por exemplo, na orientação e no controle assertivo. No que se refere às práticas educativas da mãe, as categorias *orientação* e *controle assertivo* foram agrupadas e denominadas *práticas educativas facilitadoras da interação*, por se referirem a práticas que não envolvem o uso da coerção e que são indicadas como mais eficazes no processo de socialização da criança (Alvarenga, 2004). Já as demais categorias - *controle ambíguo*, *controle coercitivo*, *intrusividade* e *permissividade* - foram agrupadas e denominadas *práticas educativas não facilitadoras da interação*, por se referirem a práticas que envolvem o uso da coerção, ou que são consideradas pouco eficazes para o processo de socialização infantil (Alvarenga, 2004). Destaque-se que tal classificação também se assemelha às estratégias indutivas e estratégias de força coercitiva propostas por Hoffman (1975, 1994), perspectiva utilizada no presente estudo. Com o mesmo objetivo, as categorias de comportamento infantil *obediência*, *assertividade* e *envolvimento positivo* foram agrupadas e denominadas *comportamentos facilitadores da interação*, por se referirem a aspectos da conduta infantil que seriam indicadores positivos do processo de socialização (Alvarenga, 2004). As categorias *inadequação*, *desobediência passiva* e *negativismo*, por sua vez, foram agrupadas e denominadas *comportamentos não facilitadores da interação*, por serem considerados preditores da conduta anti-social (Alvarenga, 2004).

A Tabela 4 apresenta a incidência média, o desvio-padrão e o nível de significância para *afeto positivo* e *práticas educativas maternas facilitadoras e não-facilitadoras da interação*, bem como para os comportamentos infantis *facilitadores e não facilitadores da interação*. O Teste de *Mann-Whitney*, com opção exata, foi utilizado para se examinarem eventuais diferenças entre os grupos nos totais examinados.

Tabela 4. Incidência Média, Desvio Padrão e Nível de Significância para Afeto Positivo, Práticas Educativas Facilitadoras, Práticas Educativas Não-facilitadoras e para Comportamentos Infantis Facilitadores e Não-facilitadores da Interação em cada Grupo

	Grupo de mães solteiras (dp)	Grupo de mães casadas (dp)	p
Comportamentos e práticas educativas maternas			
Afeto positivo	16,57 (5,29)	14,14 (6,28)	0,48
Práticas facilitadoras da interação	18,14 (9,39)	15,28 (7,89)	0,37
Práticas não-facilitadoras da interação	6,14 (5,98)	2,57 (3,99)	0,24
Comportamentos infantis			
Comportamentos facilitadores da interação	28,14 (5,69)	23,57 (9,69)	0,37
Comportamentos não-facilitadores da interação	4,71 (5,99)	3,86 (4,06)	1,00

n=7 (Mães solteiras); n=7 (Mães casadas)

Os resultados não revelaram nenhuma diferença significativa entre os grupos para as categorias examinadas. Isso indica que tanto as mães solteiras como as casadas tenderam a apresentar uma incidência muito semelhante de *afeto positivo* e de *práticas educativas facilitadoras e não facilitadoras* na interação com o(a) seu(sua) filho(a). O mesmo pode ser visto nos comportamentos das crianças, que não diferiram na incidência de *comportamentos facilitadores e não facilitadores da interação*.

DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo não revelaram diferenças importantes nos comportamentos e práticas educativas maternas, bem como nos comportamentos infantis entre as famílias de mães solteiras e de mães casadas. Isso indica que tanto as mães solteiras como as casadas tenderam a apresentar uma incidência muito semelhante em relação aos comportamentos e práticas educativas que manifestaram na interação com a criança. Apenas algumas tendências a diferença foram encontradas, mas, mesmo assim, foram inconsistentes. Enquanto uma delas revelou que as mães solteiras apresentaram mais controle coercitivo do que as mães casadas, a outra indicou que as mães solteiras tenderam a ser mais sensíveis. Quanto ao comportamento das crianças, também não se evidenciaram diferenças relevantes, o que demonstra que elas não diferiram na incidência dos comportamentos examinados em função de pertencerem ao grupo de famílias de mães solteiras ou casadas. Novamente, apenas algumas tendências a diferença apareceram, ressaltando-se que as crianças das famílias de mães solteiras tenderam a apresentar comportamentos mais inadequados. Por outro lado, essas crianças também tenderam a apresentar mais assertividade do que aquelas de famílias de mães casadas. A ausência de diferenças entre o grupo de mães solteiras e o de mães casadas corrobora parte da literatura, que tem assinalado que a configuração familiar por si só não explica eventuais diferenças quanto aos comportamentos maternos e infantis (Brodsky & DeVet, 2000; Heath & MacKinnon, 1988; Kleist, 1999; Lansford & cols., 2001).

Embora não tenham sido reveladas diferenças entre o grupo de mães solteiras e o de mães casadas, são necessárias novas pesquisas antes que se possa ter confiança nos presentes achados, tendo-se em vista algumas limitações deste estudo. Em primeiro lugar, é possível pensar que o pequeno número de participantes em cada grupo possa ter contribuído para que diferenças expressivas não aparecessem, ao

reduzir o poder estatístico do teste utilizado. Outro fator que pode ter contribuído para a falta de diferenças entre os grupos refere-se ao tipo de sessão de observação naturalística utilizada na coleta dos dados. De acordo com Kerig (2001), a observação da família possibilita entender a conexão entre os mecanismos que ligam a parentagem com o desenvolvimento da criança. Não obstante, as pessoas tendem a se comportar, muitas vezes, de maneira diferente quando estão sendo observadas. Mesmo em observações naturalísticas, a simples presença do observador já pode alterar a rotina familiar e deixar a situação artificial. Ainda é importante destacar que as práticas educativas podem se manifestar de forma sutil e, assim, é possível que a sessão de observação utilizada não tenha sido suficiente para apreendê-las.

O terceiro fator que pode ter contribuído para a ausência de diferenças entre os grupos refere-se à sensibilidade do protocolo de codificação utilizado. Na ausência de um instrumento adequado à proposta do presente estudo, foi desenvolvido um protocolo com diversas categorias consideradas importantes pela literatura, as quais permitissem avaliar a interação mãe-criança durante o almoço. Se, por um lado, isso pode ser considerado uma contribuição do estudo, por outro, o instrumento pode não ter conseguido compreender, adequadamente, a dinâmica e a complexidade dos comportamentos e práticas educativas analisados, em particular as eventuais nuances entre os grupos de mães solteiras e casadas. Assim, sugere-se que novos estudos ampliem esta abordagem, utilizando-se de outros instrumentos - como entrevistas - que busquem investigar as práticas educativas em diferentes momentos do dia-a-dia da criança, sem que o pesquisador tenha de estar presente.

Além dos aspectos mencionados, é necessário ressaltar que o momento priorizado para o presente estudo, o período entre os 30 e 36 meses de vida da criança, também pode ter influído na ausência de diferenças entre os grupos. É sabido que as mães solteiras tendem a sofrer grande estresse quando precisam suprir sozinhas as demandas de tempo e energia requisitadas pela criança (Heck & Parker, 2002; Jackson & cols., 2000). Isso talvez seja mais evidente no primeiro ano de interação com o bebê, podendo resultar em relações menos positivas com a criança. Nessa mesma direção, estudos que examinaram as mães na gestação mostraram algumas particularidades que confirmaram que uma mãe solteira tende a ter maiores dificuldades durante este período e, também, nos primeiros meses de vida da criança (Ferrari, 2001; Mullis, Mullis & Marckstrom, 1987).

Acredita-se que, com o passar dos meses, outros agentes socializadores (por exemplo: parentes, creche) podem atuar facilitando o processo da maternidade. Isso pode ter um importante papel, especialmente entre as mães solteiras, que tendem a, gradativamente, adaptar-se à maternidade lançando mão de recursos capazes de reduzir as demandas inerentes à função materna.

Ainda é importante destacar que as participantes do presente estudo, tanto as mães solteiras quanto as casadas, faziam parte do *Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestação à Escola* (Piccinini & cols., 1998) e vinham sendo acompanhadas desde a gestação. Apesar da impossibilidade de se medir o efeito desta extensa participação, é plausível supor que ela tenha tido um papel positivo na qualidade da interação das díades. Além disso, a extensa participação no estudo longitudinal pode ter se constituído em um momento de reflexão sobre as práticas educativas utilizadas na interação com a criança, o que pode ter contribuído para as semelhanças reveladas entre as famílias de mães solteiras e casadas. Também é importante salientar que participar por tanto tempo de um estudo pode significar que essas famílias estavam bastante comprometidas com a maternidade e os cuidados da criança. Destarte, é possível pensar que a ausência de diferenças entre os grupos nas categorias examinadas esteja refletindo uma situação específica envolvendo dois grupos de mães que, afora o fato de serem solteiras ou casadas, apresentavam várias características semelhantes.

De qualquer modo, é plausível supor que a configuração familiar por si só pode não ser tão relevante no que se refere aos comportamentos e práticas educativas da mãe, desde que os grupos sejam semelhantes quanto a variáveis como a idade, a escolaridade e o nível socioeconômico. Na verdade, a maternidade envolve uma situação subjetiva, que, somada a condições maternas adequadas, acaba não dependendo, necessariamente, do tipo de configuração familiar. Nesse sentido, um aspecto positivo dos dados do presente estudo é ter mostrado que não apareceram diferenças relevantes nos comportamentos e práticas educativas entre famílias de mães solteiras e de mães casadas e que expectativas nessa direção podem ser meros preconceitos. De qualquer forma, a ausência de diferenças entre os grupos não sugere que o pai possa ser relegado a um segundo plano quando se fala em maternidade e desenvolvimento infantil. O estudo não investigou inúmeros outros fatores relacionados à interação e dinâmica da família, em que poderiam, eventualmente, ser encontradas diferenças

relacionadas à configuração familiar e, nesse caso, entre as mães solteiras e casadas. É possível pensar que a ausência do pai pode ser compensada pela dedicação das mães ou por outros fatores, como o apoio social de parentes, amigos ou instituições. O que parece ser realmente importante é aqueles que contribuem para o desenvolvimento das crianças tenham recursos emocionais, sociais e materiais adequados para esta finalidade.

REFERÊNCIAS

- Alexander, J. & Kornfein, M. (1983). Changes in family functioning amongst nonconventional families. *American Journal of Orthopsychiatry*, 53(3), 408-417.
- Alvarenga, P. (2004). *Problemas de externalização e competência social na infância: o impacto do temperamento infantil, da responsividade e das práticas educativas maternas*. Tese de Doutorado Não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Brodsky, A. & DeVet, K. A. (2000). You have to be strong: Parenting goals and strategies of resilient, urban, african-american, single mothers. *Journal of Prevention and Intervention in the Community*, 20(1-2), 159-178.
- Bronstein, P., Clauson, J., Stoll, M. F. & Abrams, C.L. (1993). Parenting behavior and children's social, psychological, and academic adjustment in diverse family structures. *Family Relations: Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 42(3), 268-276.
- Cairney, J., Boyle, M., Offord, D. R. & Racine, Y. (2003). Stress, social support and depression in single and married mothers. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 38, 442-449.
- Coley, R. L. (1998). Children's socialization experience and functioning in single-mother households: The importance of fathers and other men. *Child Development*, 69(1), 219-230.
- Crockenberg, S. & Litman, C. (1990). Autonomy as competence in 2-year olds: Maternal correlates of child defiance, compliance and self-assertion. *Developmental Psychology*, 26(6), 961-971.
- Ferrari, H. (2001). *A ausência paterna e suas implicações na qualidade da interação mãe – bebê*. Dissertação de Mestrado Não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Goodrich, T. J., Rampage, C., Ellman, B. & Halstead, K. (1990). Famílias de pais sozinhos (R. M. Garcez, Trad.). Em T. J. Goodrich, C. Rampage, B. Ellman & K. Halstead (Orgs.). *Terapia feminista da família* (pp. 75-95). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gottman, J. M. & Bakeman, R. (1979). The sequential analysis of observational data. In M. E. Lamb, S. J. Suomi & G. R. Stephenson (Eds.), *Social Interaction analysis: Methodological issues* (pp.185-206). Madison: The University of Wisconsin.
- Grupo de Interação Social, Desenvolvimento e Psicopatologia – GIDEP/UFRGS/CNPq (1998a). *Ficha de Contato Inicial*. Instrumento Não-publicado. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Grupo de Interação Social, Desenvolvimento e Psicopatologia – GIDEP/UFRGS/CNPq (1998b). *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*. Instrumento Não-publicado, Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Grupo de Interação Social, Desenvolvimento e Psicopatologia – GIDEP/UFRGS/CNPq (1998c). *Entrevista de Dados Demográficos*. Instrumento Não-publicado, Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Grupo de Interação Social, Desenvolvimento e Psicopatologia – GIDEP/UFRGS/CNPq (2001). *Observação da Interação Familiar aos 30-36 meses*. Instrumento Não-publicado, Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Heath, P.A. & MacKinnon, C. (1988). Factors related to the social competence of children in single-parent families. *Journal of Divorce*, 11(3-4), 49-66.
- Heck, K. E. & Parker, J. D. (2002). Family structure, socioeconomic status, and access to health care for children. *Health Services Research*, 37(1), 173-186.
- Hilton, J. M., Desrochers, S. & Devall, E. L. (2001). Comparison of role demands, relationships, and child functioning in single mother, single father, and intact families. *Journal of Divorce and Remarriage*, 35(1-2), 29-56.
- Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11, 228-239.
- Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, 30, 26-28.
- Hollingshead, A. B. (1975). *Four factor index of social status*. Department of Sociology. Yale University. Unpublished manuscript.
- Jackson, A. P., Brooks-Gunn, J., Huang, C.C. & Glassman, M. (2000). Single mothers in low-wage jobs: Financial strain, parenting, and preschooler's outcomes. *Child Development*, 71(5), 1409-1423.
- Kerig, P. K. (2001). Introduction and overview: Conceptual issues in family observational research. In P. K. Kerig & K. M. Lindahl (Eds.), *Family observational coding systems: Resources for systemic research* (pp.1-22). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Kleist, D. M. (1999). Single-parent families: A difference that makes a difference? *Family Journal Counseling and Therapy for Couples and Families*, 7(4), 373-378.
- Lansford, J. E., Ceballo, R., Abbey, A. & Stewart, A. J. (2001). Does family structure matter? A comparison of adoptive, two-parent biological, single-mother, stepfather, and stepmother households. *Journal of Marriage and Family*, 62(3), 840-852.
- Lipman, E. L., Boyle, M. H., Dooley, M. D. & Offord, D. R. (2002). Child well being in single-mother families. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41(1), 75-82.
- McLanahan, S. & Booth, K. (1989). Mother-only families: Problems, prospects, and politics. *Journal of Marriage and the Family*, 51(3), 557-580.
- Minuchin, S. (1990). *Terapia estrutural da família* (J. A. Cunha, Trad.). Em S. Minuchin, *Famílias: funcionamento e tratamento* (pp.11-24). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Mullis, R. L., Mullis, A. K. & Markstrom, C. (1987). Reposts of child behavior by single mothers and married mothers. *Child Study Journal*, 17(3), 211-225.
- Mussen, P. H., Conger, J. J., Kagan, J. & Huston, A. C. (1995, 3ª ed). Socialização na família (M. L. G. L. Rosa, Trad.). Em P. H. Mussen, J. J. Conger, J. Kagan & A. C. Huston, *Desenvolvimento e personalidade da criança* (pp. 429-466). São Paulo: Harbra.
- Nachmias, C. F. & Nachmias, D. (1996). Research designs: Cross-sectional and quasi-experimental designs. In C. F. Nachmias & D. Nachmias, *Research methods in the social sciences* (pp. 125-151). London: Arnold.
- Patterson, G., Reid, J. & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys*. Eugene: Castalia.
- Piccinini, C. A., Tudge, J. R., Lopes, R. C. & Sperb, T. (1998). *Projeto Longitudinal de Porto Alegre: da Gestação à Escola*. Projeto Não-publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Robson, C. (1995). *Real word research: A resource for scientist and practitioner-researchers*. Oxford: Blackwell.
- Schwengber, D. D. S. & Piccinini, C. A. (2004). Depressão e interação mãe-bebê no final do primeiro ano de vida. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(3), 233-240.
- Silva, T. D. M. (1987). *Nome de família: maternidade fora do casamento e o princípio de filiação patrilinear*. Tese de Doutorado Não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Souza, R. G. (2002). *Maternidade solitária: relatos de mães solteiras de classe populares*. Dissertação de Mestrado Não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em 03/06/2005

Aceito em 07/07/2006

Endereço para correspondência: Angela Helena Marin. Rua Garibaldi, 1254/301. Bairro Bom Fim, CEP 90035-052, Porto Alegre-RS. E-mail: ahmarin@hotmail.com